

HISTÓRIA, IDEOLOGIA E MÍDIAS SOCIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: O CASO BRASIL PARALELO

HISTORY, IDEOLOGY AND SOCIAL MEDIA IN HISTORY TEACHING: THE “BRASIL PARALELO” CASE

Mauro Henrique Miranda de Alcântara
Rebeca de Paula Belmont
Maria Gabrielli Favoretti Fornazier

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a construção política ideológica da narrativa da série “Brasil: a última cruzada”, produzido pela empresa Brasil Paralelo. Após uma análise preliminar, foi possível verificar que a empresa utiliza de fragmentos históricos, todavia, sem suas respectivas referências a arquivos e bibliografia. Partindo disso, foi possível identificar que se trata este material, de um panfleto político-ideológico, que usa a História para seus fins políticos. Partimos dos conceitos de ideologia de Michael Löwy e Terry Eagleton, para compreender o espectro ideológico do material. E utilizamos as tipologias narrativas de Jörn Rüsen, para compreender a construção narrativa do capítulo. A partir desses referenciais teóricos e metodológicos, identificamos que a empresa busca realizar um (pseudo) revisionismo histórico, contudo, negando a ciência e seus aparatos. Mesmo nestas condições, essa narrativa, pela sua capacidade estética e de facilidade de acesso, tem sido utilizada como material para o ensino de história. Dessa forma, problematizar e questionar esse tipo de produção se faz necessário, para denunciar a ausência de empiria e método nesses materiais e o propósito, ideológico-lucrativo, por trás dessas produções.

Palavras-chave: Brasil Paralelo; Ideologia; Ensino de História.

Abstract: The article aims to analyze the ideological political construction of the narrative of the series “Brazil: the last crusade”, produced by the company Brasil Paralelo. After a preliminary analysis, it was possible to verify that the company uses historical fragments, however, without their respective references to archives and bibliography. Based on this, it was possible to identify that this material is a political-ideological pamphlet that uses History for its political purposes. We start from the concepts of ideology of Michael Löwy and Terry Eagleton, to understand the ideological spectrum of the material. And we use Jörn Rüsen’s

<https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/index>

narrative typologies to understand the narrative construction of the chapter. From these theoretical and methodological references, we identified that the company seeks to carry out a (pseudo) historical revisionism, however, denying science and its apparatus. Even under these conditions, this narrative, due to its aesthetic capacity and ease of access, has been used as material for the teaching of history. Thus, problematizing and questioning this type of production is necessary to denounce the absence of empiricism and method in these materials and the ideological-profitable purpose behind these productions.

Keywords: Brazil Parallel; Ideology; History teaching.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, possui como objeto de estudo analisar a narrativa sobre a série “Brasil - A última cruzada” da Empresa Brasil Paralelo, procurando verificar os problemas dos seus usos no ensino de História. A empresa produz materiais em perspectivas históricas, contudo, a partir de um revisionismo populista, ou seja, sem as devidas marcas necessárias para a produção de um conteúdo científico, como determina a academia. A série “Brasil – a última cruzada”, tem como objetivo contar a história do Brasil nesta ótica revisionista. Os produtores do material alegam que a história ensinada em sala de aula é uma história que negligencia os reais fatos ocorridos no processo de formação do atual território brasileiro. Contudo, esta análise, assim como outros estudos sobre o grupo apontam uma interpretação diferente do seu material, que no caso, estariam direcionados a uma visão distorcida da história estabelecendo uma posição política-ideológica e negacionista da história. Ou seja, trata-se de uma produção, de um conteúdo histórico que tem por objetivo principal a divulgação da ideologia de direita, que pauta o grupo, e não revisar o método ou a abordagem da construção do conhecimento histórico

A partir de então (do exposto), procuramos verificar como esse conteúdo é construído, a partir de quais estruturas narrativas e como, ao analisá-las, é possível identificar no propósito ideológico do grupo, a ausência de história e o objetivo da empresa em disseminar uma história parcial, longe de ser paralela. São indicados características de âmbito político e econômico na ideologia da empresa, o que se contrapõe a uma das principais funções da história que é a formação da cidadania (FAUSTO, 1996). Ou seja, a história se sobrepõe a um sentido de influência e consciência nacional que pode ser afetada na formação educacional, caso submeta o indivíduo a um conteúdo de alienação.

O estudo se justifica pela necessidade esclarecer a sociedade - em especial os jovens estudantes e professores – que consomem esses materiais nas mídias sociais digitais e que podem influenciar diretamente a formação educacional e moral do indivíduo.

Diversos textos, trabalhos, artigos e pesquisas vêm sendo desenvolvidos (vem apontando) sobre a produção histórica do Brasil Paralelo. O artigo de autoria do Roldão Pires Carvalho e de Mara Rovida (2018), intitulado “Escravidão e racismo: Análise sobre uma das abordagens dos grupos conservadores-liberais”, procurou “evidenciar o racismo e a tentativa de propagar o ticket conservador liberal com pensamento hegemônico, servindo para sustentar a relação de dominação étnica” (CARVALHO; ROVIDA, 2018, p. 40). Analisaram, especialmente, a série “Brasil - A Última Cruzada”. Em suas considerações

apresentam que o *Brasil Paralelo* teve a intenção de “desinformar”, construindo uma narrativa com características de “reforçar o mito da democracia racial mascarando o racismo” (CARVALHO; ROVIDA, 2018, p. 56), e prevalecendo a dominação dos europeus sobre as demais etnias.

O artigo de André Nicacio Lima (2019), “A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamento sobre a atual (re) construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil” buscou “apresentar alguns caminhos para a crítica das narrativas supremacistas sobre o passado brasileiro que vêm ganhando um grande público no país” (LIMA, 2019, p. 16). E como conclusão principal, o autor destaca uma atualização dos fatos numa linguagem sedutora, de ideias autoritárias e supremacistas do atual pensamento brasileiro. Essa condição se mostra preocupante segundo Lima, principalmente se essa narrativa se fixar nos currículos escolares. Preocupante, pois se uma narrativa nega a história de uma nação (dentro de pressupostos e paradigmas científicos), ela não pode possuir caráter educativo escolar, devido a falta de qualidade e critério do material. Outro fator é a necessidade de referencial teórico que um conteúdo histórico precisa ter para atender a necessidade de didática. Por isso, a empresa não deve (ao menos deveria) ganhar repercussão didática no ensino de história nas escolas brasileiras e nem substituir a fala de um historiador em sala de aula.

O artigo “Os mitos do Brasil Paralelo - uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020)”, escrito por Diego Martins Dória Paulo, procurou refletir “sobre a irracionalidade como motor da ação política” (2020, p. 102). Verifica-se que isso se caracteriza pela presença de um mito que ganha relevância na produtora de extrema-direita Brasil Paralelo (Quais são os grupos de direita donos da empresa?). Em primeira análise, o estudo aponta sobre o surgimento da empresa e sua visibilidade midiática na televisão, internet e cinema, assim como suas produções já realizadas e propagandas nos meios de comunicação, incluindo suas estratégias publicitárias. Os pensamentos que envolvem o Brasil Paralelo estão diretamente ligados a pensamentos neoliberal, de Estado mínimo, iniciativa individual, meritocracia e livre mercado. Assim sendo, direitos sociais para minorias, leis trabalhistas, direito de manifestação são aspectos negativos e combatidos pelo grupo. Segundo o autor, normalmente a ideologia opera utilizando mais de um modo e por meio de várias estratégias na mesma representação para, produzir e alterar os sentidos. Para que a representação seja considerada ideológica, o contexto de produção e de recepção devem ser considerados na produção dos sentidos.

“Revisionismo ou Negacionismo? A Ditadura Civil-militar no Filme ‘1964 - o Brasil entre armas e livros (2019)’”, escrito por Márcia Neme Buzalaf, crítica à essência negacionista e revisionista do material produzido pelo Brasil Paralelo: “ao analisar a produção, percebe-se que sua essência é negacionista, na medida em que não propõe um outro olhar para o passado com bases documentais e científicas, mas, sim, com argumentação relativista” (BUZALAF, 2019, p. 1). Em outras palavras, a autora fortalece seu argumento com críticas aos elementos que constroem a narrativa, que segundo o texto,

se assemelha à narrativa histórica, pois trata de uma coerência narrativo-imagética que pode proporcionar um certo efeito de realidade (BUZALAF, 2019). A visão negacionista tratada no artigo é sobre a vigência da ditadura e sobre a participação massiva da sociedade civil, que perante a análise é notório os desvios que a empresa ocasionou em relação à História da Ditadura Militar, ocorrida em 1964.

Já o revisionismo para a autora é um recurso historiográfico para realocar e preencher silenciamentos históricos, no entanto, ao contrário do negacionismo, essa essência está fundamentada nos procedimentos científicos de verificação e apuração (BUZALAF, 2019). Entretanto, a partir do momento no qual a empresa se diz revisionista, mas nega a veracidade e não possui uma fundamentação científica, a argumentação cai no vazio, sem respaldo metodológico. Diante disso, a autora conclui que por não haver fundamentação teórica e metodológico e devido a equívocos em seu roteiro, o material passa longe de uma construção revisionista, podendo ser interpretada, no máximo, como negacionista da História.

O artigo escrito por Roldão Pires Carvalho e Mara Rovida (2018), visa primordialmente a análise da propaganda política presente no enunciado do segundo capítulo da série “Brasil - A Última Cruzada”. No discurso de seu desenvolvimento, os autores alegam que o canal Brasil Paralelo se posiciona em uma relação de superioridade ao espectador (CARVALHO; ROVIDA, 2018), que quando constata um fato negativo, acreditam que o patriotismo a partir dele está destruído e que as mídias e as escolas são parcialmente responsáveis por fazer com que os brasileiros acreditem estar fadados ao fracasso.

Para os/as autores/as, “a proposta de realidade do Brasil Paralelo é de que os educadores e os profissionais da comunicação sejam os responsáveis pelos jovens perdidos” (CARVALHO; ROVIDA, 2018, p.4). Dessa forma, é considerado que os envolvidos com a escola e com a mídia, segundo a narrativa, são pessoas que fazem parte de uma conspiração e pretendem destruir não somente o patriotismo, mas causar danos aos jovens. Por fim, concluiu-se que diante a preocupação simbólica com as batalhas do passado, a intenção da empresa é combater, através de suas produções, aqueles que alegam serem seus inimigos, ou seja, aqueles que possuem pensamentos contrários a eles.

O artigo escrito por Mônica Mourão intitulado “A verdade da direita: a produção audiovisual de memória sobre a ditadura de 1964”, procurou analisar o viés político-ideológico da empresa quando se trata da ditadura militar ocorrida no Brasil. Em primeiro plano, a autora dá início aos seus argumentos com uma questão de suma importância, que se baseia no seguinte: em suma, a empresa utiliza em seus documentários, séries e afins, fragmentos de jornais da época, no entanto, quando problematizado, pode-se notar que no período do governo militar as notícias e reportagens publicadas à população, antes teriam que ser aprovadas pelo governo, ou seja, a população só ficaria sabendo daquilo que o governo quisesse, devido a censura imposta pelo regime.

Outro ponto pautado pela autora são os convidados das produções cinematográficas terem o mesmo campo de visão, ou seja, não terem opiniões contraditórias: “um

narrador conduz o documentário, costurando as falas dos 24 ‘especialistas’, todos enunciadores do mesmo campo de sentidos: uma visão revisionista da ditadura, que minimiza sua violência. ” (MOURÃO, 2019, p.436). Destarte, Mônica conclui seu texto com a ideia de que: “ao apontar por fazer um revisionismo histórico, opondo-se, segundo eles mesmo (...) os produtores além de negarem o conhecimento científico produzido por historiadores do período, também se colocam de apenas um lado” (MOURÃO, 2019, p 440).

Diante do levantamento bibliográfico, percebe-se que a Brasil Paralelo tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, das ciências humanas e sociais. As referências levantadas, apontam para uma produção que busca manipular a história, para fins políticos ideológicos e financeiros. É visível, em alguns dos textos, também, a preocupação do consumo destes materiais pelo público escolar.

HISTÓRIA, IDEOLOGIA E AS MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS

Partindo de uma leitura ideológica, identificamos que o grupo apresenta uma perspectiva utópica, baseada no viés de Löwy (1991), sobre o mundo, e adota essas perspectivas para atingir objetivos políticos e ideológicos, como também foi observado por Carvalho e Rovida (2018). Nessa utopia disseminada pela empresa, encontra-se traço ideológico de extrema-direita nacional, por meio de uma versão de pseudohistória brasileira de como surge a nação brasileira que conhecemos hoje. Eagleton (1997) fala que a ideologia busca sistemas conceituais para reconstruir a sociedade hierarquicamente “o reino da exaltação do espírito, onde habitam o doutrinário, o dogmático, o apaixonado, o desumanizante, o falso, o irracional e, é claro, a consciência ‘extremista’” (1997, p. 18). Essa característica foi bem observada no material produzido pela empresa em diversos estudos já realizados, mas dando ênfase ao texto de Carvalho e Rovida (2018), eles descrevem da seguinte forma:

O Brasil Paralelo se posiciona em uma relação de superioridade ao espectador quando constata um fato negativo e avisa o interlocutor, se disponibilizando a mudar o que não está bom. Essa superioridade com a intenção de negligenciar a história ensinada na sala de aula se torna paralela ao que querem dizer nesse sentido, e associam então a escola, professores e todos os associados às essas instituições como esquerdistas (CARVALHO; ROVIDA, 2018, p.3)

Na percepção de que “o termo ideologia, em outras palavras, parece fazer referência não somente a sistemas de crença, mas a questões de *poder*” (EAGLETON, 1997, p. 18), a empresa se autodenomina como um tipo de antídoto contra a destruição do patriotismo ou qualquer ideologia perversa que segundo eles é ensinada nas escolas, e que podem oferecer não só a prevenção do problema, como a extinção deles se tiverem apoio das pessoas (CARVALHO; ROVIDA, 2018). Isso acontece por meio de uma visão simplista do mundo, uma forma utópica que cria soluções para problemas e idealizam uma sociedade muito melhor diante da defesa de sua visão de mundo (e única legítima)

que alegam apresentar para o público, com o objetivo de derrubar a esquerda brasileira e isso envolve um toque de “fanatismo” como alega Eagleton (1997, p. 17).

“[...] o potencial ideológico se manifesta na proposta de realidade criada através da mobilização dos sentidos das representações simbólicas principalmente das escolas, da mídia e do que consideram ideologia perversa, e finalmente em sua própria construção simbólica” (CARVALHO; ROVIDA, 2018, p. 7).

Ou seja, destruir a esquerda ou quem seja contrário ao que pensam. Tudo o que é contrário ao que defendem, é doutrinário, menos eles. Eis mais uma característica do que é ideológico, na perspectiva do Michel Löwy: a negação à ideologia, sempre acusando o outro de ideológico.

Partindo desse cenário, podemos afirmar que o viés da empresa é de que os educadores e os profissionais da comunicação sejam responsáveis pelos *jovens perdidos* (CARVALHO; ROVIDA, 2018). De acordo com os autores, a empresa qualifica os jovens brasileiros como tábulas rasas, ou seja, facilmente influenciados, sem capacidade de criar e emitir suas opiniões, ou construir conhecimento. Sendo, dessa forma, tratados de forma homogênea, ignorando as particularidades regionais e de classe social. Em outras palavras, a empresa claramente qualifica o futuro do país como “facilmente manipulado”, mas a partir desse termo, surgem algumas indagações: i) quem realmente possui um ideal de alto valor construtivo para agregar ao conhecimento aos futuros adultos da sociedade? ii) qual o meio mais correto de se estudar História? Por uma História revisionista, que claramente possui desvios em seus objetivos, realizada por pessoas do mesmo cunho político-ideológico ou a História analisada, escrita, estudada por pessoas de diferentes políticas, culturas, etnias e afins? iii) e a partir de qual momento a história acadêmica e/ou escolar é um conhecimento manipulado?

Podemos responder da seguinte maneira, tais indagações: i) Para Certeau (1974), um ideário contrário, movido por uma doutrina torna a história abstrata, dessa forma, renega as origens onde ela se elabora e como consequência, sofre distorções e omissões do fato. Diante disso, o grupo se caracteriza por distorções e omissões da história; então, analisando o conteúdo histórico do Brasil Paralelo, é notório que a partir do momento no qual há um discurso propondo uma realidade utópica, onde a sociedade está conspirando contra a forma de educação proposta no país, contra a cultura, contra os jovens e contra o poder político estabelecido, no caso do Brasil, de forma democrática. Forma-se, dessa maneira, um cenário ilusório, sem conexão com a realidade posta.

Distorções que, segundo Rüsen (2016) se encaixam na tipologia predominante de narrativa histórica como Narrativa Crítica: aquela que possui desvios, problematizando as formas atuais de vida. Contudo, fora essa crítica inicial, as narrativas dos capítulos da série perseguem o que Rüsen (2016) conceitua como Narrativa Exemplar (memória dos casos, demonstrando as aplicações de regras gerais de conduta) ou Narrativa Tradicional (memória das origens, constituindo as formas de vidas atuais). Ou seja, a crítica recai ao conhecimento produzido cientificamente na academia, e a proposta que está explícita

em seus materiais, é recuperar uma história linear e atemporal, resgatando os valores do passado, pois são os valores que garantem a legitimação das elites, que devido a construção de uma história crítica, nas últimas décadas, passaram a serem questionadas.

A empresa discorre por uma crítica sobre o ensino de história nas escolas brasileiras, que para eles, a tese é que a história é negligenciada aos estudantes, e a partir disso, justificam sua visão revisionista da história. Para Buzalaf (2019, p. 6), “o revisionismo é inerente à pesquisa epistemológica, pois a narrativa historiográfica é ancorada no presente e é a partir dele que se constitui e se enriquece”, então, se a empresa se diz revisionista, mas segundo a autora para ser revisionista é necessário que haja fundamentação teórica. Então, podemos afirmar que a empresa não é revisionista, e sim, negacionista da História, pois não parte de balizas científicas para produzir o seu material (acesso a documentação, análise partindo de um determinado referencial teórico, levantamento e discussão sobre a literatura do tema, etc.). Nesse sentido, infelizmente, nem todos possuem um olhar crítico e analítico para o fato de crianças, adolescentes, jovens e adultos, se apropriarem de um material sem função histórica e didática para o estudo, como preconiza os parâmetros curriculares nacionais, como por exemplo as produções do Brasil Paralelo, que nada se atentam a esse regulamento.

Em suma, respondendo a primeira questão a respeito do ideário de valor construtivo aos jovens, é de extrema importância que se desmistifique a hipótese/teoria do uso das produções dessa empresa, que embora apresente uma excelente qualidade quando se trata da estética audiovisual, é inaceitável que seja usada como meio de estudo para um indivíduo, por claramente apresentar conteúdos de valores ilusórios, moldando a história, de forma que fique agradável aos seus interesses político-ideológico.

Diante disso, podemos dar continuidade ao segundo ponto: ii) o Brasil Paralelo não produz História, eles produzem um conteúdo midiático com uma visão intitulada por eles revisionista, mas por não se pautarem em uma perspectiva científica, podemos nomeá-la como negacionista. A partir de então, como se estuda História de um conteúdo que não produz História? A resposta é: não se estuda. Por fim, iii), pode-se afirmar que o início da manipulação/distorção da história, se dá a partir de divulgadores que se passam por pensadores, além de que, outro fator proeminente da empresa se constitui no uso bem elaborado da estética (tanto sonora quanto visual) de seus vídeos. Esse elemento, que parece despercebido por muitos, é tão relevante quanto a produção de conteúdo. Uma vez que passivamente, ele se manifesta com trilhas sonoras, imagens, enfim, efeitos de som e imagens, que inevitavelmente, contestam a realidade e levam o espectador para fora da verdade histórica, podendo ser influenciável por tal conteúdo. Buzalaf em seu estudo explica como funciona a estrutura dos elementos de mídia do Brasil Paralelo que tentam assimilar a narrativa histórica.

Mescla imagens aparentemente históricas, jornais dos períodos citados, documentos governamentais, trilha sonora dramática e diversas entrevistas com intelectuais sociais (tanto vinculados ao grupo como, também, pessoas

que viveram o período e não participam do Brasil Paralelo). Estes elementos constroem uma narrativa que se assemelha à narrativa histórica, pois trazem uma coerência narrativo-imagética que pode proporcionar um certo efeito de realidade (BUZALAF, 2019, p.4).

A autora analisou o filme intitulado como “1964 - Brasil entre armas e livros”, porém não se distancia de um padrão estético de produção da empresa, que se aplica em todo seu material produzido. Sendo assim, é nítido que tanto um professor, quanto um aluno que não possui um olhar crítico sobre a história, poderá se encantar pela produção audiovisual, dando-lhes crédito, reconhecimento e até se tornando assinante do conteúdo pago, que segundo eles, possui uma maior diversidade de materiais historiográficos já revisados e atualizados perante os conteúdos ensinados nas escolas (BRASIL PARALELO, 2018).

Os fragmentos retirados do capítulo dois - A Vila Rica. Capítulo o qual trata-se de apresentar de uma forma negacionista a etapa do Brasil antes da conquista e colonial, em que apresentam uma história distorcida da realidade que se conhece, sendo perceptível o dito de fatos irreais, imorais e antiéticos, quando se trata principalmente do processo de escravidão no período. Explicita a forma narrativa e a intencionalidade do grupo, com a produção de materiais históricos:

(Trecho 1): O que que era ser escravo? Ser escravo era ser vencido numa guerra justa e perder a sua liberdade ou nascer de uma mulher nessa condição. É isso que definia a base legal para ser escravo. Então se fala muito de reparação histórica com relação à raça e à etnia, mas o fundamento da escravidão nunca foi a origem étnica, no Brasil nunca foi. (BRASIL PARALELO, 2017).

(Trecho 2): Não é racial, ela se torna racial no século XIX, quando surgem as teses eugenistas, é que aí se usa essa questão de tentar ligar ou associar o africano ou descendente de africano ao escravo. Mas isso é muito tardio, então não era, foi uma escravidão, primeiro, de oportunidade, tanto é que não era difícil você encontrar negros que se tornavam senhores e que tinham seus escravos também. Então quer dizer, dentro de uma economia escravista, se eu sou um senhor de engenho eu tenho escravos. (BRASIL PARALELO, 2017).

Diante dessa transcrição do capítulo segundo da série, Carvalho e Rovida (2018) que realizam uma análise semelhante, afirmam que de um total de mais de 5h de produção, foram destinados a falar sobre a escravidão, somente seis minutos e dezoito segundos. Partindo para uma contextualização histórica, sabe-se que o período escravocrata no Brasil perdurou por longos 300 anos, com muitas revoltas, lutas e tentativas de reivindicações. Sabe-se também que dentro desses mais de 300 anos existem longos contextos e acontecimentos de grande importância na constituição da história brasileira e formação do atual Brasil que não devem ser desconsiderados de uma noção de identidade nacional (FAUSTO, 1996).

Partindo para uma análise fragmentada, com o apoio de Carvalho e Rovida (2018), é possível notar que eles não negam a escravidão como um mal, porém tentam suavizar

os fatos e desvalidar todo tipo de reivindicação afro-brasileira, e naturalizar o racismo. No trecho 1, vemos uma tentativa de explicar o que é ser escravo sob domínio português, contudo ao que o foi dito no trecho, se tornar escravo era uma consequência de uma guerra justa e para eles, não vinculados a uma questão étnica, ou melhor, não no Brasil. Esse discurso, sem interlocução com a historiografia, tem a intenção clara de não vincular raça com a escravidão, a fim de explicitar o posicionamento do grupo, quanto a contrariedade da reparação histórica aos negros/as. Relativizam a escravidão, e imputam a ela, como algo natural no período, resultado de guerras. Buscam congelar e fragmentar um determinado período e fato do passado, sem contextualizá-lo e discuti-lo a partir da relação passado-presente.

O trecho 2, esclarece de maneira bem nítida a intenção de justificar a escravidão que os portugueses impuseram sobre os negros, assim como fazer um comparativo moral entre europeus escravistas e negros escravistas, deixando-os numa mesma condição de submeter o trabalho escravo seja eles de etnia distintas ou igual. Outra questão que insistem, é em relação que a escravidão, em princípio, não adotou um critério racial, que isso só ocorreria tempos depois com o surgimento das teses eugenistas. Sabe-se que a escravidão, tanto de índios, quanto de escravos é em princípios uma questão étnica, pois causavam o estranhamento nos europeus, seres não humanos, de cor diferente, cultura diferente e seres selvagens. Em suma, tanto o trecho 1, quanto o trecho 2 negam a escravidão por critérios de etnia, o que se contradiz com a historiografia, demonstrando que, partem de uma defesa ideológica e não a partir de estudos/pesquisas.

Ou seja, todo o processo histórico - de importância educacional também - é apagado pela visão ideológica da série sob uma perspectiva “revisionista”. O que, na verdade, insistimos é um negacionismo; essa perspectiva é evidenciada ao apagarem/silenciarem a luta dos escravos pela liberdade, como por exemplo, na omissão sobre os acontecimentos em Palmares. Sendo assim, seu conteúdo não apresenta valor histórico didático, pois não passa de uma visão ideológica de extrema-direita, que busca legitimar a violência e o preconceito contra as raízes afrodescendentes.

Outro excerto explicita a perspectiva da empresa. O conteúdo do capítulo primeiro “A cruz e a espada”, que a princípio, discorre sobre as revoluções que ocorriam na Europa à época da chegada dos portugueses no território hoje chamado de Brasil, traz o seguinte trecho, antes de iniciar o conteúdo histórico do vídeo:

O Brasil Paralelo é uma organização 100% privada. Nosso objetivo é reverter todos os danos causados à nossa cultura nos últimos anos. Não recebemos dinheiro público. Nossa independência é garantida por milhares de pessoas que estão em contato com nosso trabalho e decide se tornar membro e financiar essa transformação cultural. (BRASIL PARALELO, 2017).

Como é explícito, a empresa deixa claro seus objetivos em relação à educação logo no início do capítulo primeiro da série em análise. Assim, podemos afirmar que a empresa quando diz que possui como objetivo “reverter os danos causados à nossa cultura

nos últimos anos”, apresenta um caráter ideológico-negacionista, que visa combater a educação/cultura brasileira através do acesso de seu conteúdo, isto é, objetivam que os seus vídeos alcancem um grande percentual da população brasileira, para que possam acreditar nas farsas que são ditas por eles, e assim, conseqüentemente, façam com a cultura brasileira. Portanto, de partida, procuram evidenciar o produto, não pela sua qualidade ou novidade, e sim, destrutando o que tem sido publicado sobre a temática pela academia, imprensa ou ensinado em sala de aula.

Outro conceito apresentado na série que é de suma importância desmistificar neste capítulo, é o fator da falta de veracidade em seu conteúdo. Agora com um fragmento do capítulo quarto “Independência ou morte”, trazem a interpretação sobre uma carta, de autoria de José Bonifácio:

Bonifácio alertava na carta que o governo português visava impor um sistema de escravidão ao Brasil e completou dizendo que os paulistas estavam prontos a derramar a última gota do seu sangue e a sacrificar todas as suas posses para não perder o adorado príncipe. (BRASIL PARALELO, 2017).

Nota-se que a menção a uma suposta carta mas que, no entanto, não disponibilizam em momento algum a fonte da mesma, para que possamos verificar sua autenticidade. A narrativa é típica de uma conversa: informal, típica de uma espécie de “fulano que disse”, mas não trazem nada concreto, sobre o que de fato foi alertado/escrito. Mais: não se trata de um diálogo, mas de um documento, uma carta, que poderia ser transcrita, mesmo que em partes, para autenticar a narrativa. Portanto, é o material que não visa propor recursos historiográficos e bibliográficos não se passa de mero achismo. Outro ponto que pode ser ressaltado no trecho, é em relação a perspectiva heroica do enredo: apresenta-se com ênfase os principais nomes portugueses na história brasileira, esquecendo então de importantes heróis nacionais. Essa estrutura é típica de uma narrativa do tipo exemplar, seguindo a classificação de Rüsen.

Certeau (1974) mostra que o historiador tem uma função refinadora e de tradução das expressões e linguagem cultural histórica, ou seja, o historiador deve filtrar as informações, mas não significa omitir a verdade ou defender um ponto ideológico, mas sim de mostrar como ocorreu o processo em sua complexidade e como isso interfere na realidade atual da nação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizar e questionar esse tipo de produção é necessário, principalmente quando ela tem o objetivo de levar esse conhecimento para sala de aula. Como defende Eagleton (1997), o poder dominante tem capacidade de promover valores que sejam aplicáveis a ele, e esses valores são naturalizados para se tornarem aparentemente óbvias, isso faz com que ideias opostas sejam-desvalorizadas ou, até mesmo, perseguidas. No caso do Brasil Paralelo, é de extrema importância promover o conhecimento geral sobre o tipo de material que produzem, para evitar seja utilizado como fonte de estudos nas

escolas brasileiras, justamente pelo pensamento ideológico e político que possuem, e que por sua vez, podem alienar os jovens a um pseudo conhecimento histórico, que os tornam incapazes de desenvolver o senso crítico e limite o conhecimento do estudante sobre as condições históricas, ficando presos nas farsas históricas. Esse cenário desvaloriza o sistema educacional que o país oferece, colocando contra parede professores/as, que se formam e lecionam, a partir de conhecimento produzido cientificamente. O objetivo da empresa é o lucro, tanto econômico, quanto político, pois no momento em que prende o espectador ao seu material, vende cursos e garante apoio político nas candidaturas do seu espectro ideológico.

As práticas do ensino de História na atualidade estão umbilicalmente relacionadas com o meio digital-virtual. Diante disso, é importante lembrarmos que a empresa utiliza destes meios para divulgar um conteúdo que passa ao largo de trazer contribuições históricas e historiográficas. Segundo Certeau (1974, p. 17) fazer história: “é admitir que a história faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser captada ‘enquanto atividade humana’, enquanto há prática”. Dessa forma, para ele, a operação histórica é referente à combinação de um lugar social e de práticas científicas, sendo que somente denomina-se de fato como conteúdo histórico aquele que possui um lugar social e práticas científicas. Assim, a partir desses posicionamentos, nos leva a perceber que ensinar e aprender história, na atualidade, se faz por: compreender a história a partir da consciência, cultura histórica e produções historiográficas.

Portanto, diante da análise aqui realizada, pode-se concluir que o Brasil Paralelo procura: i) deslegitimar o/a historiador/a e a historiografia, levantando em questão a História Pública, com um desejo em popularizar o conhecimento histórico de forma negacionista, longe de ser revisionista; ii) provocam um conflito entre alunos e professores, quando alegam que os profissionais da educação estão desqualificados, e dessa forma, induzem os estudantes a pensarem que, o que se aprende na escola é falso e que por isso o que é apresentado nos vídeos do canal é a única e verdadeira história. Assim, propondo um conteúdo com relativa qualidade audiovisual, proporciona um enorme efeito de realidade, fazendo com que centenas de jovens e profissionais da educação de todo país, acreditem, no revisionismo que a empresa diz fazer. Todavia, o que encontramos neste material, são histórias típicas do século XIX, contudo, repleta de críticas pautadas pela ideologia da extrema-direita brasileira contemporânea, que saiu das sombras e ganhou destaque e protagonismo na última década.

REFERÊNCIAS

Vídeos

BRASIL PARALELO. Lucas Belanza. YOUTUBE. 22 DE MAR 2018. Disponível em :<<https://www.youtube.com/watch?v=2k7gKPjMzpE&t=12s>> 57:51. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

BRASIL PARALELO. Lucas Belanza. YOUTUBE. 22 DE MAR 2018. Disponível em :<<https://www.youtube.com/watch?v=FRzjxqqZgr4&list=PL3yv1E7IiXySpilepZSpHnrWGWbmrk9j&index=6>> 1:25:02. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

BRASIL PARALELO. Lucas Belanza. YOUTUBE. 22 DE MAR 2018. Disponível em :< <https://www.youtube.com/watch?v=J8hnQcNyoXU/> > 1:18:59. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

BRASIL PARALELO. Lucas Belanza. YOUTUBE. 22 DE MAR 2018. Disponível em :<<https://www.youtube.com/watch?v=svViHH8IBVg&t=109s>> 1:09:30. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

BRASIL PARALELO. Lucas Belanza. YOUTUBE. 22 DE MAR 2018. Disponível em :< <https://www.youtube.com/watch?v=TkOIAKE7xqY&t=2773s>> 51:45. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

Bibliografia

BUZALAF, N. Márcia. **Revisionismo ou Negacionismo? A Ditadura Civil-militar no Filme “1964 - o Brasil entre armas e livros (2019)”**. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. BH, set. 2019.

CARVALHO, P. Roldão; ROVIDA, Mara. **Os Movimentos Milenaristas Modernos - Uma Análise Sobre o Discurso da Propaganda Ideológica**. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. BH, jun. 2018.

CERTEAU, Michel. **A operação histórica**. In: ALVES, F. **História Novos Problemas**. Rio de Janeiro, RJ: Gallimard, 1974.

EAGLETON, TERRY. **Ideologia**. 1º ed: São Paulo: Boitempo, 1997

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. Edusp, 1996.

LIMA, André Nicacio. **A nação brasileira entre a cruz e a espada**: apontamento sobre a atual (re) construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil. Temáticas, Campinas - SP, p. 15-38, dez/2019.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**. In Ideologia, p.11-30. 7º ed: São Paulo, SP, 1991.

MOURÃO, Mônica. **A verdade da direita: a produção audiovisual de memória sobre a ditadura de 1964**. AVANCA, ESPM - RJ, 2019, p. 434-442.

PAULO, Diego Martins Dória. **Os mitos do Brasil Paralelo - uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020)**.

RABELA, v. 10, n. 1. jan./abr.2020.

RÜSEN, Jörn. **Narração histórica: fundações, tipos, razão**. In: MALERBA, J. **História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. 2º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.